



O ministro da Economia vai apresentar hoje, no CCB, às 11 horas, a reforma do capital de risco público.

INVESTIMENTO

423,4 milhões

Montante investido, o ano passado, em capital de risco, um valor que representa um aumento de 158% face ao ano anterior (164 milhões).

PME

10

Número de PME que realizaram, em 2011, projectos que envolveram capital de risco. O montante investido foi de 5,15 milhões de euros.

Fusão das capitais de risco arranca e vai poupar mil milhões de euros

Nova entidade pública vai ter sob gestão 600 milhões de euros e trabalhar com 180 empresas.

Mónica Silveiras
monica.silveiras@economico.pt

A fusão das três capitais de risco públicas numa só entidade vai ser anunciada hoje pelo Executivo. A reforma, iniciada há quase um ano, vai resultar numa poupança de mil milhões de euros e a nova entidade vai ter sob a sua gestão 600 milhões de euros, confirmou ao Diário Económico fonte oficial do Ministério da Economia.

Aicep Capital, InovCapital e Turismo Capital vão ser fundidas num único novo operador, cujo nome só será revelado hoje, mas que deverá adoptar uma abordagem diferente da seguida até aqui pelas capitais de risco públicas. De fora ficou a Caixa Capital, tal como o Diário Económico já tinha avançado.

Subjacente a esta reforma está o objectivo de otimizar os recursos existentes a este nível e reduzir custos. A poupança será de mil milhões de euros, ou seja, cerca de 20% em termos anuais, confirmou o Ministério da Economia. O Diário Económico já tinha avançado que a escolha,



“

Através desta reforma, que passa pela fusão das três entidades actuais numa única, vamos garantir um apoio alinhado com as melhores práticas internacionais.

Carlos Oliveira
Secretário de Estado do
Empreendedorismo

em Fevereiro, de José Epifânio da Franca e Luís Filipe Carvalho Lopes para a liderança desta nova entidade, pouparia 700 mil euros só com salários dos membros das administrações das três capitais de risco que não foram reconduzidos. Agora que as três estruturas se unem oficialmente numa, só será possível gerar outras poupanças que não a nível de despesas com pessoal.

Promover o investimento de base tecnológica

Outro dos objectivos da reforma é ajudar a promover o empreendedorismo e o investimento de base tecnológica. “O Governo está empenhado em impulsionar o crescimento económico, a geração de riqueza e a empregabilidade, por isso é essencial actuar num sector tão importante como o capital de risco”, sublinhou ao Diário Económico o secretário de Estado do Empreendedorismo, Carlos Oliveira. “Através desta reforma, vamos garantir um apoio, alinhado com as melhores práticas internacionais, aos empreendedores estejam eles numa fase nascente ou

em fases mais adiantadas de desenvolvimento”, acrescentou.

A nova entidade terá “sob gestão 600 de milhões de euros” e vai contar com a participação de 180 empresas privadas, confirmou fonte oficial do Ministério liderado por Álvaro Santos Pereira. Isto porque a reforma “vai privilegiar a partilha de risco e o co-financiamento com actividades privadas de capital de risco”. Mas, à partida, não haverá mais dinheiro do que o disponibilizado até ao momento. Em declarações ao Diário Económico, a semana passada, o secretário de Estado Adjunto da Economia, Almeida Henriques, explicou que no âmbito da reprogramação estratégica dos fundos comunitários, o capital de risco não será reforçado já que estas entidades “ainda têm muito dinheiro por alocar, através do SAFPRI”.

Apesar de, no ano passado, terem sido investidos 423,4 milhões de euros em capital de risco, um valor que representa um aumento de 158% face ao ano anterior (164 milhões), os 19 fundos de capital de risco constituídos têm um total

de 187 milhões de euros disponíveis para investir em pequenas e médias empresas até Junho de 2013. Deste montante já estão comprometidos 52,2 milhões, dos quais 27,5 são fundos comunitários e 24,7 milhões dos privados. E do total comprometido já foram investidos cinco milhões de euros em dez projectos.

O capital de risco tem vindo a ganhar preponderância com as maiores restrições ao financiamento e a aposta é também comunitária. A Comissão Europeia já anunciou a sua intenção de tentar unificar o mercado de capitais de risco de forma a facilitar o acesso das PME inovadoras ao financiamento. Bruxelas comprometeu-se a adoptar novas regras para que, este ano, os fundos de capital de risco criados em qualquer Estado-membro possam ser investidos livremente em qualquer país da União. Por outro lado, incentiva os países a remover obstáculos fiscais para que o tratamento fiscal em diferentes jurisdições acabe por se traduzir numa dupla tributação impedindo os fluxos transfronteiriços. ■